



Publicado originalmente em: XIII Encontro Nacional de Geógrafos. 21 a 26 de julho de 2002 – João Pessoa – PB, 2002.

MOVIMENTOS SOCIAIS E UNICIDADE ORGÂNICA DO TRABALHO: OS POVOS CERRADEIROS^[1]

Prof. Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça^[2]
UFG/Campus de Catalão
mendonca@innet.psi.br

1 - Introdução

A conformação espacial do campesinato brasileiro, historicamente, se verificou junto às áreas de produção capitalista. O campesinato nasceu e recriou-se a partir da histórica expropriação, da mobilidade espacial e das migrações. A desterritorialização vivenciada pelos camponeses e trabalhadores da terra se intensificou com a crescente tecnificação na agricultura moderna, na medida em que o sentido do trabalho rural se modificou. Assim, aparece como algo crescente o fenômeno das migrações, ou seja, os trabalhadores não conseguem se reterritorializar e buscam nos movimentos sociais que lutam pela terra, a alternativa para a sobrevivência. O fenômeno das migrações nada mais é do que migração para o capital, o que nos permite perceber mais de perto a dimensão da ampliação territorial do circuito do mercado de trabalho agrícola.

Essa trajetória ainda se faz presente, na medida em que as terras camponesas são incorporadas ao circuito produtivo para a produção de mercadorias, os trabalhadores são forçados a migrar para áreas mais distantes, consubstanciando-se na recente fronteira agrícola das áreas de Cerrado e das bordas da Amazônia, ao constituírem uma agricultura da abundância^[3]. Desterritorializados e reterritorializados nas áreas de fronteira constroem identidades na terra, sem vínculos diretos com o mercado, visando à reprodução social da família.

Prado Júnior (1981) conceitua camponês como trabalhadores e pequenos produtores autônomos que ocupando a terra a títulos diferentes (proprietários, arrendatários, parceiros) exercem a sua atividade por conta própria. Para Cândido (1975) posseiro e agregado



são transitórios, ou seja, não possuem títulos legais e podem ser expulsos a qualquer momento da terra. Mas, o posseiro possui um argumento moral de certa forma aceito pela sociedade, diferentemente do agregado que está sujeito às exigências do proprietário da terra. O agregado, ao passo que se enraíza na terra passa a ter o direito de posse, daí o receio dos proprietários rurais em permitir que os agregados ficassem por longo tempo residindo em suas terras.

Já Williams (1989) prefere não utilizar o termo campesinato quando se refere aos trabalhadores rurais, pois há um caleidoscópio de situações e relações sociais de produção, possibilitando o consorciamento de modalidades de trabalho, dificultando a generalização das diversas categorias de trabalhadores vinculados a terra em campesinato. Novos conteúdos expressam a existência de uma gradação de classes sociais no campo. “[...] Essas pessoas eram proprietárias, arrendatárias, comerciantes, artesãos e trabalhadores, e essa estrutura social (...) é radicalmente diferente, quanto a sua variedade, suas nuances e muitas de suas atitudes humanas básicas, da estrutura de um campesinato”. Williams (1989, p. 273).

2 - Os Camponeses/Trabalhadores da Terra: Classe Trabalhadora?

Ao pensar a classe trabalhadora na contemporaneidade e, concretamente, esmiuçada a partir da territorialização das empresas rurais nas áreas de Cerrado, algumas indagações são pertinentes: primeiro é necessário compreender os camponeses como classe trabalhadora, mesmo porque na área pesquisada, Sudeste Goiano são protagonistas da mais expressiva e importante ação política contra o capital. Mas não apenas por isso, também pelo conteúdo das relações estabelecidas, diante do surgimento de diversas categorias de trabalhadores que desejam a terra e, assim, iniciam um gradativo movimento de diálogo em torno de reivindicações comuns.

Fabrini (2002) amplia a compreensão do camponês, considerando-o como um agente que possui a sua própria história e que atua por dentro das relações capitalistas, sem, no entanto, submeter-se às imposições universalizantes do mercado e de suas formas de apreender o mundo, se metamorfoseando para assegurar a sobrevivência na terra. O novo é que na construção da re-Existência, a ação política empreendida contém elementos indagadores da ordem societal e, assim, podem possibilitar a emancipação social.



Thomaz Júnior (2004) visa des-velar a partir do rebatimento da reestruturação produtiva do capital no trabalho, ações políticas com cariz revolucionária, indicando a presença de novos elementos na relação cidade-campo que, potencializados, podem alavancar a luta pela terra e pela Reforma Agrária, enquanto condição para a emancipação social. Esses novos elementos não estão apenas na ação política, mas, sobretudo, nos rearranjos espaciais, decorrentes da reestruturação produtiva do capital e das novas conformações sociais do trabalho, propiciando uma “classe trabalhadora” mais ampla, porém, diversa e plural e, a cada dia, mais pauperizada pelas forças do capital. Isso redundará na contradição viva não exatamente a partir da luta entre burgueses e proletários, mas da luta entre aqueles que possuem os meios de produção e a maioria absoluta que possui apenas a força de trabalho e, ainda assim, não encontra as condições adequadas para vendê-la.

Atualmente, é possível perceber a tentativa de uniformizar as formas de uso e exploração da terra, hegemônicas pelas empresas rurais. Contudo, a ação política construída pelos trabalhadores da terra e camponeses na defesa da terra de trabalho implica no fortalecimento da Reforma Agrária, demonstrando a re-Existência desses sujeitos sociais que buscam nas áreas urbanas o apoio necessário para publicizar e manter a ação política na luta pela terra e na defesa da Reforma Agrária. Tudo isso nos estimula a pensar que há um tensionamento favorável ao rompimento das fronteiras intelectual e política, que só nos mantém distantes da compreensão das mutações que atingem frontalmente a classe trabalhadora, particularmente, no Brasil. Isto é, tendo em vista, os diversos casos em que os trabalhadores se inserem em diferentes atividades laborativas num mesmo ano fiscal, mudando dessa para aquela categoria sindical ou enquadramento funcional, tal como de camponês a proletário/formal e/ou informal e vice-versa, sem que isso tenha qualquer importância (teórica e prática) para esses mortais. Assim, muitos intelectuais salientam não ser possível, “enquadrar” o camponês na classe trabalhadora, até porque, se de um lado isso é inadmissível, pois nunca houve feudalismo no Brasil, por outro é uma classe a parte, tão à parte que não pode ser entendida no âmbito do trabalho, da classe trabalhadora. (THOMAZ JÚNIOR, 2003).

A ideologia do trabalho fabril está impregnada nas interpretações e análises, o que nos faz esquecer de que o trabalho acumulado é resultado da incorporação do trabalho



vivo nos campos e nas cidades, incessantemente vinculado às condições de realização do valor. Haja vista, algumas análises desenvolvidas no âmbito marxista (ortodoxo) que apresenta uma linearidade indexada majoritariamente ao “desenvolvimento econômico”. Vale apontar esse equívoco, uma vez que partiam do princípio do desenvolvimento desigual e combinado e da luta de classes para compreender a existência do campesinato, excluindo qualquer possibilidade da diferença, não reconhecendo as múltiplas manifestações sócio-culturais como elementos relevantes na análise da questão agrária e do papel sócio-político dos camponeses.

As clássicas concepções acerca do campesinato não perceberam a relevância desses sujeitos sociais na constituição de uma ação política transformadora, sendo gradativamente construída, à medida que iam sendo expropriados dos meios de produção e, portanto, das suas condições de existência. A relevância da participação dos camponeses no processo revolucionário durante o século XX não pode ser secundarizada, sob o risco de apreender as “visões europeizantes” e, assim, não perceber a multiplicidade de atores e formas de uso da terra, espalhadas pelos territórios mundiais.

Marx e Engels (1998) denunciaram as atrocidades provocadas pelo capitalismo e a necessidade dos trabalhadores se organizarem para superá-lo. A argumentação desenvolvida ao discutir a relação cidade-campo promoveu a cidade como o berço da civilização em contraposição à idiotia rural.

Desde a famosa frase chinesa a respeito da revolução mundial, o “campo cercava as cidades”, camponeses e trabalhadores da terra, vem sendo uma das principais forças revolucionárias. O que dizer da revolta de Chiapas, da mobilização dos indígenas na América Andina e, principalmente, dos movimentos sociais que lutam pela terra no Brasil, com destaque para o MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra). Esses argumentos colocam em debate a posição de parcela dos “marxistas ortodoxos” que se recusaram a pensar o papel do campesinato na construção de uma nova sociedade, pois estavam fadados à extinção na medida em que o capitalismo avançasse e se territorializasse no campo.

O campesinato em função do sentimento de propriedade seria um entrave ao processo revolucionário e para a construção do socialismo. Mesmo os camponeses pobres, aqueles, mais próximos da proletarização não eram “bons sujeitos”. O campesinato deveria se constituir noutro sujeito (operário agrícola, trabalhador assalariado etc.) e, para tanto,



deixariam de existir enquanto camponeses. Só assim teriam lugar no socialismo, pois o processo revolucionário seria gestado e dirigido pelo operariado, ou seja, pelos trabalhadores assalariados. A questão central estava em fazer do camponês um “agente da revolução”. Para tanto, era necessário constituir uma consciência de classe para os camponeses e, isso, significava a negação de si mesmos.

A questão não é saber quem é mais revolucionário, mas compreender a necessidade histórica da superação do capitalismo e construir uma nova sociedade. Para tanto, há que se considerar as diferenças dos sujeitos revolucionários e entendê-las enquanto potencialidades que não “quebram” e não se sucumbem pelos achismos, mas podem agregar a partir das diferenças, a unidade revolucionária – a unificação orgânica dos trabalhadores – na luta contra o capital.

Eis o desafio para os movimentos sociais e, principalmente, para aqueles que possuem cariz revolucionária; criar novas formas de manifestar o desespero e o protesto de milhões de trabalhadores que estão sendo expropriados e superexplorados. Não é possível pensar uma ação política transformadora se não considerarmos a diversidade de categorias de trabalhadores e o potencial latente que persiste nas ações políticas construídas.

É o movimento social que imprimem novas forças revitalizadoras à cidade e ao próprio campo, na medida em que apontam à perspectiva sócio-histórica da superação daquelas formas espaciais opressoras e excludentes e a construção de novas formas sociais mais humanas e civilizatórias. É a reação humana da cidade à antiga desumanidade da própria cidade e do campo, ou seja, reação às formas de apropriação/acumulação, as relações de mando, a miséria econômica, social e cultural a que foram submetidas milhões de pessoas, mas que podem e devem se apropriar das condições objetivas e subjetivas para se libertarem das amarras do capital.

Pensar o novo conteúdo na relação cidade-campo parece algo estranho, uma vez que as idéias estão consolidadas e expressam uma correlação de forças entre os diversos segmentos acadêmicos. Muitos desses se enclausuram nos gabinetes e assim formatam realidades em constante processo de transformação, ao agarrarem as tábuas de salvação, “alumiando” o caminho para os menos afortunados cientificamente. O debate sobre a relação cidade-campo é uma das mais importantes formas de adquirirmos consciência das vivências e



das experiências e das ações decorrentes da crise da sociedade contemporânea. Para tanto, a cautela é uma necessidade, pois não se deve discutir as transformações espaciais sem considerar os processos, intrínsecos à pesquisa. Caso isso ocorra corre-se o risco de tentar compreender as permanências, mas sem o movimento da história.

Essa atitude pode promover satisfação emocional ou intelectual, todavia, não propiciará atingir o âmago do problema e/ou da realidade pesquisada. É como se amputássemos a parte mais “feia e dolorosa” da realidade. A natureza específica do capitalismo não está na utilização de máquinas aperfeiçoadas e/ou de técnicas modernas na agricultura, mas no fato de que a propriedade de tais coisas está concentrada nas mãos de uma minoria, portanto, a questão fundante é a necessidade de romper as históricas formas sociais centradas na propriedade dos meios de produção e da conseqüente apropriação privada da riqueza socialmente produzida.

A possibilidade de superação está na capacidade de determinação do futuro e na tentativa dar novo sentido às decisões políticas. Para tanto, há que se apropriar de uma nova consciência, na medida em que o presente não é alvissareiro, mas apresenta as potencialidades criadoras, enquanto condições objetivas e subjetivas para animar uma ação política transformadora, agregando diferentes atores políticos, mas, com o cuidado de que a diferença não seja apenas mais um discurso para manter a “normalidade” do metabolismo social do capital.

3 - A Luta pela Terra e pela Reforma Agrária no Sudeste Goiano: Os Povos Cerradeiros

A pesquisa realizada junto aos camponeses e trabalhadores da terra verificou-se que quando vendem a força de trabalho, ainda que seja em épocas descontínuas e exercendo atividades não-agrícolas, há nexos de relações onde os assalariados auxiliam na manutenção daqueles que continuam na terra e até mesmo a possibilidade de estimularem com poucos recursos a próxima safra. É comum, parentes que trabalham em atividades não-agrícolas – agricultores em tempo parcial – enviarem recursos para a unidade camponesa para a aquisição de produtos essenciais na manutenção das atividades na terra.



No Sudeste Goiano verificou-se que cerca de 50% dos camponeses com terra contratam trabalhadores temporários no plantio e na colheita e apenas 15% possuem trabalhadores permanentes. Contudo, a maioria dos trabalhadores da terra contratados são camponeses com terra que estabelecem um intercâmbio nas vizinhanças, expressando a natureza de produtor/trabalhador, portanto, vivenciando e experienciando situações diferenciadas que podem potencializar a unificação orgânica em torno da luta pela terra e pela Reforma Agrária.

A especificidade camponesa está no fato de serem ao mesmo tempo proprietários de terra e trabalhadores, considerando que a organização central dos camponeses se baseia numa relação não-capitalista. A especificidade camponesa existe por esta classe ser a única a ter terra e a força de trabalho amalgamados num só agente social e, por sua vez, operar a partir de uma lógica não-capitalista que tem como aspecto fundante o grupo familiar. (ALMEIDA, 2003). Ainda, parcela significativa dos trabalhadores da terra entrevistados – 60% – já possuiu terra, evidenciando o processo de expropriação e a conseqüente desterritorialização vivenciada. Cerca de 90% são filhos de trabalhadores da terra sendo que 60% dos pais ainda residem no campo. A proletarização e sub-proletarização atingem de forma intensa as novas gerações após a modernização conservadora da agricultura nas áreas de Cerrado.

Todavia, o dado mais importante é que 85% dos entrevistados responderam que lutariam por um pedaço de terra, salientando que se tivessem acesso a terra, poderiam ter uma vida melhor. Mas, apenas 55% desses trabalhadores – embora sejam a maioria – responderam serem favoráveis a Reforma Agrária, evidenciando que há travagens na compreensão da luta pela terra. Questionados se lutariam por um pedaço de terra, 76% responderam que sim, mas 50% não entrariam na luta ao lado do MST. Acreditam que o movimento apresenta ações extremistas e que a luta deve ser pacífica, denotando a assimilação das ações empreendidas pela mídia patrocinada pelas elites brasileiras.

O intrincado e complexo metabolismo social do capital imprime suas marcas no campo e na cidade, em todas as dimensões, inclusive, propiciando visões estereotipadas com o objetivo de assegurar o controle social, a partir dos trabalhadores estranhados, mas



também de parcela dos pesquisadores que não reconhecem o espaço contraditório das relações sociais capitalistas, construídas cotidianamente.

É importante ressaltar as diferenças existentes quanto ao conteúdo da noção de propriedade privada para os capitalistas (empresários rurais), latifundiários e para os camponeses. A propriedade privada não assegura uma forma única de agir e pensar, é necessário considerar as relações sociais existentes e, também a questão do trabalho, ou seja, o sentido do trabalho.

Uma das questões polêmicas se refere à discussão sobre se o campesinato é classe trabalhadora. Thomaz Júnior (2002) afirma que o camponês não pode ser investigado se não enquanto fração da classe trabalhadora. Fabrini (2002, p.36), destaca: “A complexa trama da questão e reprodução como fração da classe trabalhadora do modo de produção capitalista remete à necessidade de interpretação da sua existência no contexto das lutas de resistência e as manifestações desenvolvidas por eles.” Ao adotar a concepção de que o camponês é uma fração da classe trabalhadora, apresentando especificidades no processo de reprodução social, e de extração da mais-valia - expressa na combinação da renda da terra com o trabalho assalariado -, parece residir a polêmica sobre o papel político desses produtores/trabalhadores na construção de uma nova sociedade.

Ao compreender o campesinato como uma fração da classe trabalhadora, a estrutura do movimento social se altera profundamente, precisamente, do movimento sindical arraigado à fábrica (e entendida como o locus da produção do valor) e, atualmente, vivenciando sérias debilidades em assegurar uma ação política transformadora. A novidade é perceber que as novas formas de controle social do capital sobre o trabalho alteraram a estrutura interna do modo de vida dos camponeses e trabalhadores da terra. Isso possibilitou uma nova articulação do movimento operário com o movimento camponês, reconstituída pelas contradições do processo de reprodução do capital, denotando um novo conteúdo das relações cidade-campo e novas ações políticas de cariz transformadora.

Atualmente, crê-se que nada é mais urgente e legítimo do que a luta pela terra e por justiça social através da Reforma Agrária. Entretanto, como está colocada, nada mais é do que a reafirmação da propriedade privada e do “eterno retorno”, pois não se pode perder a perspectiva histórica da superação do capitalismo e, portanto, do embate de classes,



que finalmente derrotará as elites capitalistas e anunciarão uma nova sociedade. E, atualmente, poucos são os movimentos sociais que colocam como perspectiva a derrota do capitalismo, pois a maior parte alimenta equivocadamente as reformas, como se elas solucionassem a natureza estrutural da sociedade capitalista.

A Reforma Agrária necessita ser reposicionada no debate político nacional, pois o conteúdo da relação cidade-campo se modificou substancialmente. A velha dicotomia campo como sinônimo de atraso e cidade como sinônimo de progresso não serve para interpretar o espaço brasileiro. Existem áreas rurais tão ou mais avançadas que os pólos tecnológicos urbanos e nas cidades existem áreas isoladas e sem qualquer possibilidade de intercâmbio social e cultural.

Os camponeses e os trabalhadores da terra ao perderem as condições de existência no campo, buscam reconquistá-las ao se deslocarem para as áreas de fronteira agrícola e/ou quando, intensificam a ocupação das terras mediante a organização e a mobilização dos movimentos sociais que lutam pela terra e pela Reforma Agrária. As alterações no perfil do trabalho, impulsionadas pela reestruturação produtiva do capital, promovem o desemprego e a diminuição na qualidade de vida, possibilitando, em contrapartida, que os trabalhadores possam enxergar no retorno a terra, o resgate da dignidade roubada.

A discussão sobre se os trabalhadores urbanos podem compor as fileiras dos movimentos sociais que lutam pela terra não faz mais sentido. Primeiro, porque a noção de Reforma Agrária necessita contemplar o maior número de atividades diversificadas e deve apresentar atividades agrícolas e não-agrícolas como forma de potencializar renda e trabalho, considerando o capital social dos territórios e as experiências dos assentados. Segundo, porque quando os camponeses e trabalhadores da terra foram expulsos das áreas rurais serviram para trabalhar nas fábricas na condição de operários. Dessa forma, quando se discute a necessidade de que os trabalhadores urbanos possam reivindicar terra, alguns setores anunciam, equivocadamente, que não possuem nenhuma relação com a terra e que esses assentamentos serão fracassados, sendo esses argumentos desprovidos de análises históricas.

Assim, cria-se uma condição de instabilidade, de desorganização, de uma situação em que não parece haver perspectivas sólidas e positivas. Tanto para os trabalhadores sem-terra, que lutam pela posse da terra, quanto para os camponeses que possuem pequenos



pedaços de terra, mas, principalmente para aqueles que exercem o labor na terra, a incerteza da permanência é algo constante em suas vidas. Isso promove a necessidade de uma gestão coletiva do território, pois a ação política orgânica dos trabalhadores brasileiros, seja no campo, seja na cidade, se coloca como fundamental para apontar possibilidades emancipatórias.

Essa ação só é possível a partir dos movimentos sociais que objetivam contestar a ordem constituída, diante das desigualdades regidas pelo capital e devem ser interpretados na sua dimensão de classe e na sua dinâmica territorial. Os camponeses e os trabalhadores da terra, inicialmente, insurgiram contra a dominação das pessoas através do cangaço, do messianismo e, apenas, mais tarde organizaram-se com o intuito de questionar a estrutura macroeconômica. Essas ações pontuais foram se geografizando, possibilitando a permanência de uma memória militante, fundamental para ações políticas emancipatórias.

Nas últimas décadas, o MST – Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, o MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens, dentre outros movimentos sociais que lutam pela terra, pela Reforma Agrária e pela permanência na terra, mobilizam e organizam os camponeses e os trabalhadores da terra, construindo coletivamente um projeto universal para o (des)envolvimento social. A Reforma Agrária, mesmo com seus limites, passou a ser compreendida como condição para potencializar a luta contra o capitalismo, assim como a construção de uma nova sociedade, se constituindo numa dimensão territorial-nacional.

As principais condições para potencializar a ação política – o enraizamento e o sentido de pertencimento – necessitam ser interpretadas a partir das relações de poder, dos interesses, da contradição viva que permeia as múltiplas relações travadas e urdidas na produção/construção das tramas espaciais. Dessa forma, a análise geográfica do território surge enquanto construção da vida e das possibilidades de superação da ordem instituída, centrada na propriedade privada dos meios de produção, expressão material e imaterial das formas determinantes de controle do capital sobre o trabalho.

A conquista da terra significa a “reconquista do território”, (re)arrumado conforme as necessidades e anseios dos camponeses e dos trabalhadores da terra, todavia, ainda engendrado pelos mecanismos de produção e reprodução do capital. O (re)ordenamento do território diante da re-Existência do trabalho, significa o primeiro passo rumo ao enfrentamento do estranhamento – negar a subjetividade do capital e se despir das amarras



alienantes – constituindo sociabilidades solidárias enquanto condição para a emergência do homem novo numa outra sociedade, livre e emancipada do capital.

4 - Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, R. A. O conceito de classe camponesa em questão. *Terra Livre*, São Paulo, v. 2, n. 21, jul./dez. 2003.
- CÂNDIDO, A. O. Os parceiros do Rio Bonito. 5. ed. São Paulo: Duas Cidades, 1979.
- FABRINI, J. E. Os assentamentos de trabalhadores rurais sem terra do Centro-Oeste/PR enquanto território de resistência camponesa. 2002. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciência e Tecnologia, Universidade Estadual de Paulista, Presidente Prudente.
- MENDONÇA, M. R. A urdidura do trabalho e do capital no Cerrado do Sudeste Goiano. 2004. 457 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.
- MARX, K.; ENGELS, F. O manifesto do partido comunista. São Paulo: Contraponto, 1998.
- PRADO JÚNIOR, C. A questão agrária no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- THOMAZ JUNIOR, A. “Leitura” Geográfica da Práxis Social do Trabalho. *Abalar*, Santiago de Compostela, n.5, 2005. (no prelo).
- _____. A geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI. *Geosul*, Florianópolis, n.37, jan. jun., 2004.
- _____. A (Des)ordem societária e territorial do trabalho (Os limites para a unificação orgânica) In: II SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, Departamento de Geografia da FFLCH - USP, São Paulo. Anais... 2003a.
- _____. O trabalho como elemento fundante para a compreensão do campo no Brasil. *Revista Candeia*, Goiânia: IFAS, v. 4, n. 6, 2003b.
- _____. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da ‘leitura’ geográfica. *Ciência Geográfica*, Bauru, ano 9, v.9, n.1, jan. abr., 2003c.
- _____. Por trás dos canaviais os nós da cana. São Paulo: Anablume/Fapesp, 2002a.
- _____. Por uma geografia do trabalho! Reflexões preliminares. In: XII ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS. João Pessoa. Anais... jul. 2002b.
- _____. Desenho social dos sem terra no Brasil. (Uma contribuição à "leitura" geográfica do trabalho). *Revista Pegada*. Presidente Prudente, v.2, n.2, outubro de 2001. Disponível em: <<http://www2.prudente.unesp.br/ceget/pegada/>>. Acesso em: 24 de nov. 2003.
- WILLIAMS, R. O campo e a cidade: na história e na literatura. Tradução de P. H. Britto. São Paulo: Cia das Letras. 1989.

^[4]O texto é parte das reflexões desenvolvidas na tese de doutorado – A urdidura do trabalho e do capital no Cerrado do Sudeste Goiano, defendida em setembro de 2004, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia na FCT/UNESP/Presidente Prudente, sob a orientação do professor Dr. Antonio Thomaz Júnior.



^[2]Membro do CEGeT – Centro de Estudos de Geografia do Trabalho – <http://www2.prudente.unesp.br/ceget/ceget.htm>. Membro do NEPSA-UFG/CAC. E membro da diretoria da AGB – Seção Catalão – Gestão 2004-2006.

^[3] Termo utilizado para caracterizar as famílias camponesas que se dedicam à produção de bens essenciais à sobrevivência. Entretanto, há a produção de excedentes que são comercializados nas feiras locais. Baseia-se nas informações dos camponeses investigados que alegam ter como prioridade a mesa farta, o paiol cheio, porcos no chiqueiro, leite e derivados etc. Na inexistência de um termo mais adequado para caracterizar a situação encontrada na pesquisa, visto que agricultura de subsistência não consegue abarcar a importância das atividades exercidas e o objetivo social dos camponeses, optou-se por utilizar agricultura da abundância. Ainda que com riscos, a denominação de agricultura da abundância é coerente quando consideramos que para as famílias camponesas é motivo de orgulho ter a tulha cheia e a mesa farta.